

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEMÓRIAS DO GENERAL JOSÉ VIEIRA DA ROSA (1893-1930)

CONSIDERATIONS ON THE MEMOIRS OF GENERAL JOSÉ VIEIRA DA ROSA (1893-1930)

Gunter Axt¹

Resumo: Este artigo é resultado de uma palestra apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em setembro de 2012, no âmbito de um seminário sobre a Guerra do Contestado. Discute as memórias do General catarinense José Vieira da Rosa, nascido em 1869 e falecido, no Rio de Janeiro, em 1957. Sertanista, cartógrafo e escritor, Vieira da Rosa legou-nos um manuscrito, publicado em 2012 graças a uma parceria entre o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, que recupera sua participação na Revolução Federalista de 1893 a 1895, na Guerra do Contestado (1912-1917) e no movimento tenentista. O artigo discute contribuições do texto para a historiografia corrente, bem como explora as influências conceituais e concepções as quais o autor estava exposto. A análise do documento mostra como a memória se afirma como um espaço de luta. A contribuição desse depoimento é expressiva, tanto para a história cultural, quanto para a história social, sendo ainda relevante para o estudo das instituições militares da época.

Palavras-chave: José Vieira da Rosa. Memórias. Revolução Federalista. Contestado. Santa Catarina.

Abstract: This article is the result of a lecture at the Brazilian Historical and Geographical Institute in September 2012 as part of a seminar on the Contestado war. Discusses the memories of the General José Vieira da Rosa, born in Santa Catarina 1869 and died in Rio de Janeiro in 1957. Frontiersman, cartographer and writer, Vieira da Rosa bequeathed us a manuscript, published in 2012 through a partnership of the Institute of History and Geography of Santa Catarina and Public Prosecutor of Santa Catarina Memorial, which recovers his participation in the Federalist Revolution of 1893 1895 in Contestado war (1912-1917) and in the movement of lieutenants during the

¹ Doutor em História Social USP, pós-doutor CPDOC/FGV, professor colaborador do Diversitas/USP, consultor do Ministério Público de Santa Catarina.

20ies and the 30ies. The paper discusses contributions to the historiography, as well as explores the influences and conceptual ideas to which the author was exposed.

Keywords: José Vieira da Rosa. Memories. Federalist Revolution. Contestado. Santa Catarina.

A história das instituições e das relações de poder, segundo o historiador português António Manuel Hespanha, tem cada vez mais dirigido seu foco para os “poderes efetivos”, percebendo os indivíduos como “motores da história” (e não mas as leis, o Direito ou as classes sociais), procurando captá-los numa espécie de geometria inter-relacional, micromodelizada, adaptada aos lugares, aos contextos. Nada a ver, com certeza, com certa concepção de História ultrafragmentada e a tal ponto relativizada que nada mais lhe cabe dizer. O poder, aqui,

“interpessoaliza-se, depende dos fatores moles que movem o interior de nós mesmos – os afetos, os poderes de sedução, as hegemonias, as dependências emocionais, os encantamentos, os aborrecimentos de toda a espécie, a beleza e a fealdade” (2012, p. 69-70).

Narrativas diversas, projetos diversos, multivocalidades, enfim, poderíamos aduzir, é o que a memória, seja a acessada pela história oral, seja a compulsada por meio de diários ou escritos memorialísticos, pode agregar à reflexão cada vez mais complexa em torno da história política. O poder social das elites, como ensina ainda Hespanha (2012, p. 73), não se exprime de forma monótona. Sua visibilidade, suas formas de hegemonia e os mecanismos de dependência que engendram encerram enorme diversidade, não podendo ser reduzidos a modelos únicos.

Como registra com pertinência Elizabeth Jelin (2000), em torno de um fato estabelecem-se múltiplas narrativas que disputam o sentido do vivido, o que faz da memória um espaço de luta política. Evidentemente que não se pretende escorregar numa espécie de relativismo subjetivo, como aquele denunciado pela crítica Beatriz Sarlo (2007), que tende a atribuir foros de verdade *a priori* a qualquer testemunho, pelo simples fato de ser um depoimento. A memória é feita de opiniões, sentimentos, verdades, silêncios, ocultações e embates. Acessar as múltiplas vibrações em torno das vozes da memória nos ajuda a tecer uma percepção mais tangível do complexo passado constituído pela inesgotável diversidade do humano. A narrativa humana é feita de tentativas, ensaios, fracassos, êxitos, crimes, conquistas, algo que testemunhos mnemônicos como o que analisaremos aqui podem nos ajudar captar.

As memórias do General José Vieira da Rosa aparecem originalmente como introdução ao seu volumoso estudo intitulado *Corografia do Estado de Santa Catarina*, manuscrito em cinco volumes e com mais de mil páginas que está sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. A edição do trecho aqui comentado, de cerca de 100 páginas datilografadas, foi possível graças a um convênio firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Axt; Sanches; Zeferino, 2012).

O título dialoga com a *Corografia Catarinense*, do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro (Laytano, 1959), escrita em 1797, mas somente publicada em 1959, e com a célebre *Corografia Brasílica* (1976), de autoria do Padre Manuel Aires de Casal, de 1817, considerado o primeiro livro editado no Brasil. O termo, oriundo do grego, hoje pouco empregado, foi encampado pelo latim com o sentido de descrição histórico-geográfica de um país ou de uma região. Diferentemente de Aires de Casal, que pretendia uma narrativa descritiva, desprovida de avaliações críticas, e escrevera seu livro sem jamais realizar viagens de estudo e de observação, Vieira da Rosa emite uma série de julgamentos, sobretudo no seu esboço introdutório, propondo um esforço descritivo amparado em conhecimento de campo.

José Vieira da Rosa nasceu em São José, Santa Catarina, em 1º de setembro de 1869. Perdeu o pai, Capitão da Guarda Nacional, em 1875. Sentou praça em fevereiro de 1887 na Companhia de Infantaria de Santa Catarina, cursando nos anos seguintes a Escola Militar do Rio Grande do Sul e a Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1893, foi comissionado em alferes pelo Comando do 5º Distrito Militar, por ordem do Ministro da Guerra, e tomou parte nos combates travados no Sul de Santa Catarina durante a Revolução Federalista. Casou-se em 1894, com Julia Barbara Weber. Em 1909, foi nomeado para a Chefia da “Carta Itinerante de Santa Catarina”, sendo designado ainda Inspetor dos Índios no ano seguinte. Em 1914, seguiu com o 54º Batalhão de Caçadores para a região do Contestado, tomando parte nos combates de Taquaruçu e Caraguatá. Então capitão, como um dos poucos oficiais do Exército a conhecer o sertão catarinense, além de estar familiarizado com a política local, Vieira da Rosa foi escolhido negociador para Curitiba (Machado, 2004, p. 312). Em abril de 1915, foi designado pelo General Setembrino de Carvalho, comandante das operações, para “efetuar perseguição aos fugitivos em todas as direções” (Moura, 2003, p. 221), de forma a “limpar” a região da presença dos rebeldes. Nos anos 1920, Vieira da Rosa chegou a envolver-se no episódio da Reação Republicana, no Rio Grande do Sul, e no Movimento de 1924, sendo aprisionado após se ferir em um acidente de automóvel na estrada para Curitiba. Em 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro. Já em rota de colisão com a poderosa família Ramos, de Lages, acabou à margem da conspiração que

caldeou a Revolução de 3 de Outubro. Em 1935, aderiu à Ação Integralista Brasileira. Em 1945, já com 76 anos, chefiou, a pedido do Marechal Rondon, a expedição ao Tapirapé, afluente do Araguaia, na zona do Roncador. Em 1947, candidatou-se ao Senado pelo PRP, não se elegendo. Faleceu no Rio de Janeiro em 1957 (Axt; Sanches; Zeferino, 2012, p. 23-52).

INSPIRAÇÃO E COMPROMISSOS TEÓRICOS

Militar responsável pela elaboração da Carta Itinerária de Santa Catarina e um aficionado por cinegética, a geografia e a caça são os temas centrais de sua obra. Há farta descrição dos cursos dos rios, da toponímia, do relevo, da vegetação, do comportamento dos animais silvestres, relatos pormenorizados do estado e traçado das estradas de rodagem e um bom apanhado de aquarelas de sua autoria, representando a fauna e a flora características da região.

José Vieira da Rosa começou a redigi-la antes mesmo da Campanha do Contestado, finalizando seu portentoso estudo em 1940, quando o submeteu à apreciação do IX Congresso de Geografia. Recebeu um parecer elogioso de Walter Spalding, recomendando uma publicação que jamais se consumou, nem mesmo sob a forma de artigos na revista da Sociedade Geográfica. Crítica e acrimoniosa em relação a muitos conterrâneos e contemporâneos seus, dentre militares e políticos, a começar pela poderosa família Ramos, que Vieira da Rosa desanca sem piedade, publicá-la deve ter parecido aos homens da época uma provocação, uma fonte de problemas. Antes disso, contudo, Rosa lograra a edição de artigos. Em 1917, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, publicara um artigo sobre a marcha da Divisão do Centro até Tubarão, durante a Revolução de 1893. Outro surgira pouco depois, tematizando o Contestado (1918). Seus relatos principiam com sua participação na Revolução de 1893 e terminam às vésperas da Revolução de 1930.

Vieira da Rosa redige em grande medida animado pela ideia de que a História é um tribunal que julgará no futuro os homens e fatos do passado. Muito de seu texto tem, assim, tom de denúncia e desabafo. Nesse diapasão, abraça a mística do herói. Para o general, Anita Garibaldi é o personagem que melhor preenche tais pré-requisitos: é a heroína que precisa ser conhecida e imitada.

A História Militar desponta como o fio condutor da narrativa. A temporalidade, portanto, para Vieira da Rosa, se mede pela sucessão de eventos marciais. Opiniático, porém, desvia-se vez ou outra dessa rota, tecendo considerações sobre aspectos socioeconômicos e culturais. Afinal, seu projeto era mais ambicioso do que o de bosquejos castrenses.

O texto carrega razoável dose de autoelogio. Ao escrevê-lo, o General Rosinha, como era conhecido em razão de sua baixa estatura, dialogava implicitamente com desafetos e críticos, motivo pelo qual se municia de encômios e ordens do dia que documentam com destaque o seu próprio desempenho, alvo, mais tarde, de opróbrios. Disso não decorre sentimento puramente narcisista, pois se derrama também em louvores a companheiros de farda que reputa valorosos. Em contrapartida, não se peja em apodar todos quantos desmerece, sem medir palavras e em acento não raro rancoroso e figadal.

Logo nas primeiras páginas, exala espírito bairrista, dedicando várias linhas a promover um elogio da colonização açoriana do litoral catarinense. A posição era recorrente entre intelectuais da época, como indicam os trabalhos de Alfredo Varella (1897), Alcides Cruz (1906), João Borges Fortes (1932), Alcides Lima (1935), Walter Spalding (1953), Dante de Laytano (1978) e Guilhermino César (1964). Todos concordam em retratar o açoriano como exemplo de moralidade inquebrantável, obediência à fé, honradez, bravura, sobriedade, dedicação mourejada ao trabalho, hospitalidade, doçura e criatividade. Faziam coro à obra seminal de Gilberto Freyre, que, no seu *Casa Grande & Senzala*, de 1933, produziu um apaixonado e articulado elogio da colonização portuguesa.

Em que pese o vezo algo idealista de algumas dessas formulações, engajavam-se claramente numa espécie de movimento de reação aos preconceitos pseudocientíficos que então apostavam na condenação das chances de sucesso dos povos ibéricos. Comparava-se a trajetória histórica estado-unidense e a brasileira, por exemplo, para se concluir residir a desgraça do Brasil subdesenvolvido no império de uma mestiçagem supostamente deletéria e na ausência de colonização anglo-saxã. Aqui, arrogância elitista, racismo e determinismo geográfico se combinavam para negar ao Brasil, aos mestiços e aos lusodescendentes chances de sucesso. Vieira da Rosa, a propósito, festeja sem vacilo a miscigenação brasileira, enfatizando, porém, a *assimilação* do negro e do índio ao branco.

Tal qual propôs Jacinto Antônio de Mattos em *Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916)* (1917), Vieira da Rosa atribui a estagnação econômica de Florianópolis, região de “clima incomparável e de riquezas extraordinárias nos três reinos naturais”, ao abandono e à espoliação da Metrópole. Colocava assim o encantamento pela tradição açoriana bem acima do modelo de dominação lusa, ao qual reservava suas críticas.

Nesse tom, segue as pegadas do General João Borges Fortes, cuja conhecida obra sobre a colonização açórica no Sul do Brasil lamenta estar o progresso material apagando a memória de sua herança. Apaixonado, Vieira da Rosa precipita-se em

idealização do passado, assumindo atitude escapista e contrária à modernidade. Seu texto, assim, partilha nota melancólica semelhante à de Câmara Cascudo, célebre estudioso dos mitos e lendas populares potiguares. Isto é, o progresso e a modernidade, em sua concepção, destruiriam a autenticidade da cultura e os valores mais sóbrios dos povos.

Não obstante, se nacionalista e entusiasta da colonização açórica, Vieira da Rosa nem por isso esconde contradições. Ao tratar do caráter brasileiro, atribui-lhe imprevidência e passividade: “o brasileiro é um dorminhoco. Dorme sobre louros, dorme sobre tudo”, sentencia macambúzio.

Seu libelo antimodernista por vezes claudica. Perfeitamente sintonizado com o repúdio ao universo da política, típico do pensamento autoritário que vicejou nas primeiras décadas do século XX em autores tais como Alberto Torres e Oliveira Vianna, seu texto revela passagens que falam de uma Humanidade que muda de rótulos, mas conserva sempre seu moral apodrecido. Então, quando fala da política, nem mesmo o passado avoengo pode ser invocado como modelo de virtudes.

Com efeito, o movimento tenentista dos anos 1920, ao qual Vieira da Rosa se vinculava, alimentava-se do idealismo de uma mocidade fardada que esgrimia a urgência da moralização dos costumes políticos, desfraldando o estandarte do soldado cidadão, isto é, interveniente na vida política da Nação. Em que pese o apelo desse brado, era tênue o compromisso real dos tenentistas para com a democracia. Via de regra, estavam convencidos de ser o campo da política hegemonizado pelas elites corruptas e carcomidas, enquanto entendiam que as classes populares, pela sua passividade congênita, nada fariam. Eis por que a via revolucionária se afigurava tão prestigiada entre eles. Muitos não escondiam o desejo de suprimir as instituições liberais de representação (Fausto, 1997).

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

As narrativas de Vieira da Rosa iniciam-se pelos sucessos de 1893, quando explodiu no Rio Grande do Sul uma guerra civil que conflagrou três estados da Federação, promoveu um governo paralelo na então cidade do Desterro (hoje Florianópolis) e se estendeu por quase três anos. Ali, jogou-se o futuro da República recém-proclamada no Brasil. Os opositores do regime de Julio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e Floriano Peixoto, na Capital Federal, queriam a volta de garantias liberais que vigiam no Império. Muitos defendiam o retorno do sistema parlamentarista de governo, e havia mesmo quem propugnasse a restauração monárquica. Todos se insurgiam contra o clima persecutório que se instalara nos

primeiros anos da República, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o minoritário Partido Republicano impunha seu domínio a ferro e fogo.

Então jovem alferes comissionado, Vieira da Rosa integrou a Divisão do Centro, sob o comando do temível General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, que, em 1897, arrasaria o povoado de Canudos, no sertão baiano, pondo fim, de forma sangrenta, a um levante popular que em muito se assemelhou ao Contestado. Homem de disciplina férrea, talvez seja sintomático que Vieira da Rosa incense o General Arthur Oscar, o qual, no comando da Divisão do Centro, notabilizou-se pela rigidez, que o levou, por exemplo, a mandar açoitar, ou pranchear, por vezes até a morte, soldados acusados de deserção, mesmo quando esta era motivada pelo desespero da fome, como ilustram as memórias do sargento José Carvalho Lima (1906).

A história do capítulo da guerra civil de 1893-1895, que se desenrolou no litoral sul de Santa Catarina, pôde chegar aos nossos dias, como sublinha Coralio Cabeda (2000), graças aos testemunhos de Carvalho Lima e de Vieira da Rosa. Em novembro de 1893, a Divisão do Centro chegou à cidade de Torres, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a missão de interceptar a penetração das colunas de Gumercindo Saraiva e do General Salgado pelo território de Santa Catarina. Ainda em Torres se deu a junção com um destacamento comandado pelo Major Firmino Lopes Rêgo, que viera do Rio de Janeiro para organizar a defesa de Santa Catarina, acompanhado de um contingente do 22º Batalhão de Infantaria e de um pelotão de cavalaria. Entre os oficiais que o acompanhavam estava o então Alferes José Vieira da Rosa. Mas, com a capitulação do Governo no Desterro ante a esquadra rebelada, o Major Firmino ficou isolado no litoral sul, motivo pelo qual se uniu a Arthur Oscar em Torres. Juntos, marcharam para Tubarão, onde se deixaram permanecer por algumas semanas, obstando o avanço dos revolucionários, que ficaram em Laguna. No artigo de 1917, Vieira da Rosa disse ter ficado mal impressionado com os gaúchos comandados por Arthur Oscar, por quem, também, não ocultou, então, a pouca simpatia.

PARTICIPAÇÃO NO CONTESTADO

Mas é no relato dos sucessos da campanha do Contestado que emerge o melhor de suas memórias.

Tratou-se o Contestado de um conflito com múltiplos desdobramentos e cuja eclosão já se preparava há alguns anos. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal decidiu a favor de Santa Catarina numa disputa de divisas com o Paraná, iniciada em 1900. A discussão vinha de longe e envolvia a chamada zona do Contestado, com 40.000km², então com cerca de 40 mil habitantes, que compreendia os atuais municípios de Lages,

Curitiba, Porto União, Itaiópolis, Rio Negro, União da Vitória, Campos Novos, entre outros. A presença do poder público nessa região de campos e florestas era precária, a propriedade fundiária mal regularizada, figurando a madeira e a erva-mate dentre as principais riquezas.

O Paraná invocou o direito de posse e não acatou a decisão do Tribunal. Interpostos embargos, em dezembro de 1909 de novo decidia o Supremo em favor de Santa Catarina. Houve protestos. No Rio de Janeiro, a imprensa chegou a repercutir a tese do perigo alemão, sustentando a ideia de que, em função da colonização teuta, Santa Catarina seria um enclave estrangeiro no Brasil. Julgando novos embargos, em julho de 1910 o Supremo manteve o acórdão. O juiz seccional foi designado para executar a sentença, procedendo à marcação. Não conseguindo levar a efeito a tarefa, foi pronunciado por crime de responsabilidade junto ao Supremo, que, em 1913, o condenou a nove meses de suspensão do cargo e multa.

Entrementes, explodia na região em litígio a insatisfação popular. A companhia concessionária da estrada de ferro que estava em construção, ligada a um conglomerado estadunidense, pertencente ao Grupo Farquhar, desalojara grande quantidade de moradores. Empresas de colonização e serrarias, que vieram na esteira da estrada de ferro, também expulsavam sistematicamente os nativos desde 1911. Em 1905 e em 1909, já haviam acontecido pequenos levantes na área fronteira. Em 1912, o descontentamento sertanejo, que não encontrava eco junto aos tribunais, atingiu o ápice e seria catalisado por um monge pregador ali surgido. A lembrança de Canudos ainda estava viva. Em outubro de 1912, deu-se um primeiro choque armado entre os sertanejos e as forças paranaenses, no Irani, no qual, aliás, morreu o Monge José Maria. Mas o levante prosseguiu, agregando marginalizados – posseiros destituídos, caboclos perseguidos, operários demitidos pela estrada de ferro.

José Maria era o terceiro dos monges a pontificarem na região, tendo sucedido a dois João Maria. Nessa região erma e desassistida, movimentos messiânicos eram conhecidos, sendo não raro reprimidos com extrema violência. O messianismo do Contestado adquiriu musculatura, organizando-se militarmente, com o apoio inicial de alguns fazendeiros e madeireiros, igualmente incomodados com a ação da companhia construtora da estrada de ferro e exploradora das reservas florestais, mediante concessão federal. A República brasileira, instalada em 1889, foi percebida pelas lideranças dos caboclos como a origem dos males que afligiam a população, e o movimento adquiriu feições restauradoras. Havia convívio e interlocução com ex-combatentes derrotados da Revolução Federalista.

Em dezembro de 1913, depois de um enfrentamento com as forças catarinenses, cerca de 10 mil pessoas se embrenharam nas florestas. Em setembro de

1914, os Governos dos dois estados solicitaram uma intervenção federal. A essa altura, fazendeiros da região sentiam-se pressionados pela ação dos caboclos, que passaram a operar saques e roubar gado das propriedades próximas. Forças do Exército foram então lançadas contra os caboclos anatematizados de jagunços fanáticos, cujo reduto foi inteiramente destruído em abril de 1915, dando fim à fase mais aguda da campanha. Estima-se que as forças unidas do Exército Brasileiro e dos Estados do Paraná e de Santa Catarina somaram 8 mil homens. Pela primeira vez, na América do Sul, se tentou usar aviões em combate – para reconhecimento do terreno.

Em 1915, depois de uma malograda conferência entre os governadores promovida pelo Presidente da República Venceslau Brás, novos embargos foram interpostos pelo Paraná contra a execução da sentença. Novo impasse. Em outubro de 1916, o Presidente Venceslau Brás conseguiu que os governadores assinassem um acordo, o qual foi ratificado pelo Congresso Nacional em 5 de agosto de 1917.

A guerra do Contestado teve seu auge em 1915 e se estendeu de 1912 a 1916. Calcula-se que os mortos no conflito tenham chegado a 9 mil pessoas, sendo a maioria de caboclos. O Contestado prolongou-se por mais tempo e numa disputa muito mais sangrenta do que a Guerra dos Canudos, desferida entre 1896 e 1897.

Vieira da Rosa responsabiliza as solertes oligarquias pela tragédia que se desenrolou no remoto Oeste catarinense. Sustenta, inclusive, que o massacre poderia ter sido evitado. Para ele, o conflito adquiriu tais proporções por conta da intolerância e do fanatismo, não apenas dos caboclos, mas, sobretudo, de parte das elites urbanas. Vieira da Rosa revela aqui, inclusive, traços de anticlericalismo. Para ele, em nada diferia o fanatismo de um caboclo do daquele de um padre católico.

Vieira da Rosa, com efeito, declara adesão à Maçonaria, que, em Santa Catarina, efetivamente chocou-se com a Igreja. Em todo o caso, não deixava de ser corajosa a tomada de posição, sobretudo em um estado conhecido pelo forte apego à doutrina cristã e onde os padres, em especial, figuravam como autoridades respeitadíssimas nas comunidades.

Vieira da Rosa promove certo desagravo aos caboclos. Diz que seu fanatismo, pacífico no início, tornou-se criminoso em reação às perseguições injustas contra eles movidas. Embora ignorantes, os caboclos de Vieira da Rosa não eram subversivos, como se quis na época. Claro estaria que mal sabiam diferenciar república de monarquia. Eram pessoas pobres e abandonadas agarrando-se a crenças que lhes ofereciam alento, tentando sobreviver em um ambiente francamente hostil. E coloca o dedo em outra ferida, investindo contra as indecorosas concessões de terras que estariam espoliando os posseiros brasileiros em benefício do estrangeiro recém-chegado. Mas se refere genericamente o problema da colonização estrangeira, Vieira

da Rosa não faz referências à Brazilian Lumber e à companhia concessionária da ferrovia Rio Grande a São Paulo, cuja ação esteve no coração das causas que deflagraram o conflito.

Naqueles tempos, com efeito, militares e engenheiros positivistas estiveram entre os poucos que questionaram o avanço do processo colonizatório no Noroeste gaúcho e Oeste catarinense, operado à custa do desalojamento das populações autóctones ali fixadas há séculos. Para que se tenha uma ideia, em 1931, ninguém menos do que o incensado “Pai dos Pobres”, Getúlio Dornelles Vargas, já à frente do Governo Provisório como líder máximo da vitoriosa Revolução de 1930, acertou-se com o cônsul alemão no Brasil para a construção de um porto de mar em Torres, constituindo-se o pagamento pelas obras, além de uma concessão de exploração dos serviços por 40 anos, uma concessão de um milhão de hectares na zona serrana gaúcha para uma companhia de colonização teuta que expulsaria assim cerca de 70 mil posseiros, gerando, se concretizada, uma convulsão social sem precedentes (Axt, 2011).

Outros testemunhos permitem captar a complexidade social que permeou os levantes na região Oeste do Sul do Brasil. Uma consulta ao diário de Ângelo Dourado (1977), *Voluntários do martírio*, revela a adesão de contingentes populares à coluna de Gumercindo Saraiva, que em dado momento, durante a Revolução de 1893, chegou a contar com cerca de 6 mil homens, seguidos por cerca de até 2 mil mulheres e crianças. Essa massa de gente se deslocando por três diferentes estados da Federação sugere um fenômeno social complexo. Dourado, assim como Prestes Guimarães, oferece indícios de que os bugres, posseiros e ervateiros da Serra incorporaram-se às colunas revolucionárias. Pobres e analfabetos, esses indivíduos deixaram-nos poucos registros de suas visões de mundo, como sublinha Lourdes Ardenghi (2003). Porém, se relacionarmos este momento com o Contestado e com a emergência de lideranças populares em 1923, tais como Leonel Rocha, percebe-se uma recorrência, cuja explicação pode justamente residir na resposta dessas populações marginalizadas à expulsão – em decorrência do processo de colonização do Oeste, seja por meio da construção de linhas férreas, da chegada de imigrantes europeus ou da formação de novos latifúndios – das terras que ocupavam. Aliás, o então Major Leonel Rocha já figurava na Revolução de 1893, incorporado à coluna Prestes Guimarães e contribuindo na comunicação com a coluna de Gumercindo Saraiva.

Vieira da Rosa despreza os fazendeiros da região, que se comportariam de forma pusilânime, ostentando poderes de verdadeiros senhores feudais. Princípio de todo incompatível com o caboclo, que guardaria de seus ancestrais indígenas o amor pela liberdade. E foi além: “eu sou pelo caboclo”, afirma com convicção, “sei-o muito

superior a muitos habitantes da cidade no que concerne à moralidade, à hospitalidade, à robustez psíquica e à riqueza de costumes”.

Aqui, Vieira da Rosa filia-se à tradição inaugurada por Euclides da Cunha (2001). No monumental *Os Sertões*, de 1902, sobre a Guerra de Canudos, Euclides traça um perfil generoso e altivo do caboclo sertanejo: depositário fiel da essência da alma brasileira, em oposição à elite urbano-litorânea que vivia de costas para o seu próprio país, macaqueando as últimas modas de Paris. A oposição entre sertão e litoral, povo e elite, autenticidade e frivolidade constituiu-se, desde Euclides da Cunha, num dos mais poderosos ferramentais interpretativos da brasilidade, bastando registrar que é ela que está na origem da justificativa pela interiorização da Capital Federal e a construção de Brasília, nos anos 1950.

CONTESTADO E OLIGARQUIAS CORONELISTAS – A POLÍTICA EM CURITIBANOS

Vieira da Rosa dedica-se a comentar mais amiúde a situação política local de Curitiba, que alimentou a eclosão do conflito. Responsável pela negociação do acordo que logrou a renúncia do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque da Superintendência de Curitiba, posto que ocupava desde 1902, quando vencera uma renhida eleição na base do bico de pena, derrotando o Coronel Henrique Paes de Almeida. Henrique vencera a eleição nas urnas, mas Albuquerque revertera o resultado no Legislativo estadual, para o qual recorrera, graças ao apoio de Vidal Ramos, que se elegia para o Governo. Desde então, Albuquerque contava com o apoio da influente família Ramos, de Lages (Machado, 2004, p. 194), com a qual, aliás, Vieira da Rosa diverge figadalmente em suas memórias.

Para Vieira da Rosa, contudo, Albuquerque era um “chefe de prestígio”, homem “a quem nunca faltou honradez e coragem”, “inteligente e sério”, que foi solertemente traído por Henrique de Almeida, filho do Coronel Henrique de Almeida, falecido logo após a derrota nas eleições, e João Sampaio. Foi Henriquinho quem, para Vieira da Rosa, atraiu os “fanáticos” para as cercanias de Curitiba, a fim de engrossar a oposição a Albuquerque. Henrique, assim, aos olhos de Vieira da Rosa, seria o instigador da luta. Já no artigo anterior, publicado na revista *Terra Viva* (1918), Vieira da Rosa denunciava que Henriquinho estava o tempo inteiro em contato com os “jagunços”, obrando inclusive no sentido de trair as forças policiais que subiram à região.

Em 1913, a oposição foi reforçada pela adesão de João Sampaio. Vieira da Rosa confirma a versão de que Albuquerque era amante de sua esposa, aduzindo: “dizia-se

lá, não sei se com razão ou sem razão, com o consentimento do marido”: “comborço consciente”, arremata mais adiante, sem meias palavras. Essas questões de honra, como se sabe, no Oeste catarinense eram levadas muito a sério. Segundo relatos de promotores de justiça, até o início dos anos 1980 era quase impossível lograr-se a condenação pelo júri de um réu acusado de matar a esposa supostamente adúltera (Axt, 2013).

Para Vieira, Sampaio, que até então “tinha adoração por Albuquerque, imitando-o em tudo”, fora instigado por “falsos amigos” a mandar o genro, “um tal José Knoll”, a dar um tiro em Albuquerque, “começando assim a propaganda de descrédito (...) que mirava o desprestígio político de Albuquerque em proveito de Henrique Rupp Jr. e Henrique de Almeida”, este, “conselheiro de Sampaio e quem sabe lá se mais alguma coisa”..., insinua o General. Rupp era promotor público e advogado, filho do superintendente do município de Campos Novos. A partir daí, Albuquerque teria reagido contra os Sampaio, valendo-se da pressão policial, o que seria naturalmente compreensível, segundo Vieira da Rosa, que se refere a 600 homens bem armados que teriam almejado linchá-lo, mas silencia sobre o julgamento de Marcos Sampaio, irmão caçula de João, que matou um guarda quando reagiu ao ser hostilizado por cinco policiais. Vieira da Rosa também não menciona outros opositores de Albuquerque, como o Frei franciscano Gaspar Flesch e o fabricante de gasosa Paulino Pereira (Machado, 2004, p. 196). Albuquerque, que também era maçom, como Vieira da Rosa, entrara em choque com religiosos locais por permitir que um maçom os atacasse pelas páginas do jornal *O Trabalho*, de sua propriedade (Moura, 2003, p. 88).

Vieira da Rosa também isenta Albuquerque da responsabilidade pela morte do comerciante Praxedes Gomes Damasceno, que fora a Curitiba recluso por reclamar de uma carga de mercadorias apreendida pelo Coronel Albuquerque, a pretexto de haver armas e munições: “Albuquerque (...) aproximou-se de Praxedes com o propósito de aconselhá-lo, como seu amigo e compadre. Para isso levantou o braço desarmado para dar-lhe o abraço de boa vinda, muito usado em toda a Região serrana, mas Praxedes, excitado pelo fanatismo e por injunções de Henriquinho de Almeida, desviou o corpo do abraço e sacou de um revólver. Nesta ocasião, rompeu o fogo que feriu gravemente Praxedes, parecendo milagre não ter sido Albuquerque também ferido. Mais dois jagunços foram mortos, fugindo os outros covardemente, abandonando seu heroico chefe”. Assim, para Vieira da Rosa, Praxedes estaria envenenado por Henriquinho e contaminado pelo “fanatismo”, tendo o tiroteio sido precipitado pelo próprio Praxedes, que mal interpretou o gesto amistoso de Albuquerque, sacando um revólver. Na versão de Rupp Jr., tudo não teria passado de uma emboscada armada previamente por Albuquerque (Machado, 2004, p. 218).

Paulo Pinheiro Machado nota que em 1915, após a destruição do reduto de Santa Maria, quando o próprio Vieira da Rosa sugeriu ao General Setembrino de Carvalho o afastamento de Ferreira Albuquerque, o coronel precipitara-se no isolamento, pois o novo governador, Felipe Schmidt, aliado de Lauro Müller, era de estirpe política diferente de Vidal Ramos. O Exército, além disso, estava tentando atrair o grupo “moderado” dos “fanáticos”, que se identificava parcialmente com Henriquinho de Almeida. Vieira da Rosa não faz referência em suas memórias ao Coronel Marcos Gonçalves de Farias, que ele próprio indicou para sucessor de Albuquerque, por ter bom trânsito em todas as facções e por ser então o Presidente do Conselho Municipal. Para Pinheiro Machado, a tentativa de recomposição oligárquica costurada por Vieira da Rosa foi pouco duradoura, pois lideranças “fanáticas moderadas” continuaram vivendo nos redutos, e a fissura entre Almeida e Albuquerque prosseguiu, com o último sendo assassinado por adversários em dezembro de 1917 e o primeiro sendo executado em 1932 (Machado, 2004, p. 310-14).

O EXÉRCITO NO CONTESTADO

Com os companheiros de farda, Vieira da Rosa é duro. Cotejando o Contestado com Canudos e com a revolta dos Mucker, na década de 1870, no interior de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, denuncia a inépcia das forças armadas, a covardia de certos chefes militares e o despreparo profissional. O Contestado, dispara, escancarou que os ensinamentos colhidos nos conflitos anteriores não se enraizaram, e o que se viu foi ignorância com relação à topografia da região e notável incapacidade de sufocar uma revolta de caboclos mal armados. Militares aferrados a conhecimentos teóricos, importados da Europa, totalmente ignorantes da realidade do ínvio sertão, onde viceja a guerra de movimento, de guerrilhas, de emboscadas, porque, como sublinha, “no mato a mobilidade é o nervo da guerra”.

Em suas investidas contra as mazelas castrenses, Vieira da Rosa cuidou de poupar a soldadesca. Denuncia a arrogância de alguns comandantes, que submeteram os praças a desumanas marchas forçadas por terrenos inóspitos e sem equipamento e logística adequados: “nenhum chefe de bom senso fatigaria uma tropa destinada a combater”. Responsabiliza os comandantes pelo despreparo dos soldados. Registra ainda que o povo não perdoou o recrutamento forçado dos tempos da Guerra do Paraguai, motivo pelo qual não nutria confiança pelo Exército.

Tal percepção é coerente com outros testemunhos das revoltas e insurreições havidas no Sul do Brasil entre fins do século XIX e princípios do século XX. Em seus *Diários da Revolução de 1893*, o General Joca Tavares e seu irmão Francisco não faziam

juízo edificante do desempenho dos oficiais do Exército e da Armada imperiais – Wandenkolk, Custódio de Mello, Salgado e Piragibe – ao lado dos revoltosos, no que eram acompanhados pelo Conselheiro Gaspar Martins e pelo Almirante Saldanha da Gama. Erros e vacilações decorrentes da falta de têmpera, da arrogância e da ignorância com relação ao meio se sucederam. É reveladora do choque cultural entre oficiais das forças regulares e civis militarizados uma frase do General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, reproduzida nos *Diários* de Joca, dita em maio de 1893, logo após a promoção de Gumercindo Saraiva a General, em reconhecimento pela qualidade do desempenho militar: ao ser convidado por Gumercindo para formar uma única e poderosa coluna rebelde, o que talvez tivesse mudado os rumos da Revolução, Salgado respondeu “que não era nenhum aventureiro para andar gauchando pelas estâncias”, numa clara referência ao desprezo elitista pela guerra de movimento, que era, enfim, a única possível naquele meio.

Os problemas de logística apontados por Vieira da Rosa eram recorrentes. Município precário, abastecimento deficiente, carência de tudo. Durante a Revolução de 1893, como registra Coralio Cabeda em *Nossas guerras*, a temerária invasão de Santa Catarina pela Divisão do Norte sem planejamento mais detido só não resultou em tragédia maior porque seguia no encalço de um inimigo – a Coluna Gumercindo Saraiva – que amargava condições logísticas ainda mais túbias. Naqueles sertões catarinenses, sob chuvas inclementes e atravessando região desprovida de gado, cujo abate aplacaria a fome de muitos, houve quem comesse, como testemunha Albino José Ferreira Coutinho, “pedaços de couro seco amolecidos na água fervendo”, então conhecido como “guisado de maneador”. Padecimentos similares estão descritos nas memórias do médico Ângelo Dourado, engajado na Coluna Gumercindo Saraiva, e do sargento José Carvalho Lima. Dourado indica que a carniça, o pinhão, o palmito e o milho de algum roçado humilde serviam para enganar o estômago na incursão pelos ermos. Já Carvalho Lima, descrevendo a precipitada retirada da Divisão do Centro, comandada por Arthur Oscar, por Araranguá, em novembro de 1893, por terreno árido e calcinado, testemunha que muitos soldados aplacavam o desespero da sede com a própria urina! Como aponta Cabeda, trinta anos depois, quando a Brigada Militar gaúcha voltaria a incursionar pelo Oeste catarinense para dar combate aos militares rebelados sob o comando de Isidoro Dias Lopes e Luís Carlos Prestes, que se adunavam em Foz do Iguaçu, no Paraná, repetir-se-iam agruras semelhantes àquelas da Revolução Federalista.

Vieira da Rosa elogia o desempenho do 54º Batalhão de Caçadores, o que já fizera no artigo anteriormente publicado (1918)², bem como reconhece a honradez de seu comandante, o Tenente-Coronel Duarte Aleluia Pires, muito embora este não tivesse o dom de agradar. Tal reserva, assegura, se deveria ao fato de ser um ex-federalista comandando uma tropa que majoritariamente havia lutado ao lado de Floriano Peixoto em 1893. Apenas o Capitão Nestor Passos, também ex-federalista, privaria de seu afeto. Já o comandante do 5º Distrito Militar, General Alberto Ferreira de Abreu, lhe parece um homem faccioso, pró-Paraná, a quem pouco importava maltratar um batalhão de barrigas-verdes em uma marcha extenuante e desnecessária do Estreito a Lages, onde a população local, aliás, teria recebido os soldados com frieza.

Sobre o primeiro ataque, frustrado, a Taquaruçu, concebido pelo Major Lebon Regis, Secretário-Geral do Governo catarinense, e aprovado pelo General Alberto Ferreira Abreu, que previa a investida contra ao reduto com três colunas convergindo sobre o objetivo, Vieira da Rosa disse ser medíocre: “mas, se tivesse sido bem executado, podia não dar um desastre. Medíocre porque, sendo Taquaruçu uma pequena vila num basto pinhal e numa bacia de recepção pluvial, precisava um cerco completo. Quatro são os caminhos da mata que ali vão ter (...). A posição não era tática, pois a povoação estava num vale dominado pelas coxilhas nemorosas por três lados e pelo samambaial bem cerrado dos Vicente. A seiscentos metros longe desse samambaial, o reduto ficava bem visível e dominado, mas... digamos com franqueza, o medo que o atacante tinha ao jagunço tornava essa minúscula Sedan inexpugnável”.

Vieira da Rosa não poupa críticas ao Capitão Adalberto de Menezes, comandante da Coluna Norte. Foi erro tático e militar expor a vanguarda sem comunicação com as outras colunas, assim como levar o comboio de munição junto com a vanguarda denotaria “supina ignorância dos princípios mais rudimentares de segurança”, material este ainda por cima transportado por tropa de muares que nunca tinham ouvido barulho de combate e que, assim, fugiram aos corcovados, espalhando-se pelos pinhais, diante dos primeiros estampidos. “Poltrão e cachaceiro”, dispara Vieira da Rosa contra Adalberto.

A admiração que nutria por Aleluia não se estendeu ao seu sucessor no comando, o Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro. Para Vieira da Rosa, foi um erro permanecer por um mês com a tropa estacionada em Caçador, onde, além de tudo, eram os soldados presa fácil de emboscadas, o que não teria sucedido naquele

² “O 54º de Caçadores foi a unidade que mais trabalhou, palmilhando quase três mil quilômetros de estradas, foi o primeiro que esteve em sério contato com o inimigo, que o bateu sempre e foi, afinal, o que lhe deu o último golpe, e no entanto não corre mundo a fama de seus feitos.”

momento porque os caboclos ainda não haviam chegado ao grau de ousadia que alcançariam posteriormente. Rosa reputou-o medroso, inepto, parlapatão e pusilânime.

Do malogrado Capitão Matos Costa, Rosa disse sem dúvida se tratar de sujeito valente, mas ambicioso, desatento ao serviço de campanha, despreparado e ignorante da psicologia do caboclo. Seu desempenho na Canhada Funda foi particularmente criticado, numa perspectiva diferente da do Tenente Edgard Facó (Moura, 2003: 103). O carimbo de inepto também sobra para o malfadado Capitão Francisco Alves Pinto, que comandava o 4º Regimento de Infantaria. Com respeito ao Capitão Nestor Passos (cujo desempenho teria sido considerado decepcionante no Taquaruçu), elogia a conduta no combate de Caraguatá, ressaltando, contudo, não lhe ter afeição e criticando atitudes posteriores ao conflito do Contestado, que teriam corroído sua credibilidade em todo o Exército.

No combate de Caraguatá, Rosa nota que alguns oponentes travestiam-se de mulher. Estratégia de disfarce dos caboclos, explica, sabedores por intermédio de um espia infiltrado na tropa que um boletim recomendava absoluto respeito por mulheres, velhos e crianças. Muito embora os soldados, segundo Rosa, revelassem no geral conduta digna e humanitária com este respeito, a recomendação seria “asnática e nociva”, pois a portabilidade das armas de fogo nivelara as forças: um Schmitt ou uma Winchester poderia ser apontado por uma mulher, um velho ou um menino...

Na única passagem em que relata a morte de mulheres e crianças, descreve 12 cadáveres de mulheres mortas a facão depositados às margens de um arroio em Passo Ruim, quando a companhia que comandava patrulhava a região de Butiá Verde. Os responsáveis, conclui, seriam os próprios “jagunços insurretos”, que se puseram a matar a própria gente naquela fase da luta.

No artigo publicado na revista Terra Viva, em 1918, Vieira da Rosa é mais detalhista e explícito com relação aos crimes cuja responsabilidade atribui aos insurretos. Para ele, então, apenas o seu líder da última fase, Adeodato, teria matado 645 pessoas, fosse para impor a autoridade, fosse em decorrência de disputas internas. Nos piquetes do Exército, aduz, andavam parentes de vítimas da fúria de Adeodato, bem como de Olegário, dentre outros.

Sobre o desastre das forças de repressão aos insurretos no Caraguatá, Rosa registra que, além dos soldados estarem mal alimentados, muitos erros foram cometidos, tais como a marcha de duas unidades pela mata que se comunicavam a toque de corneta, “denunciando a presença ao jagunço arteiro, robusto e valente”; ou, ainda, a instalação de um posto de socorro na primeira linha, sem que se tivesse feito um reconhecimento da mata circundante, o que teria recomendado uma força de

defesa no flanco e um valado para afastar chances de ataques surpresa, como de fato aconteceu; não se bivacou e não se reconheceu o terreno previamente, como em Taquaruçu; deixou-se o acampamento na retaguarda em Perdizes Grandes, com todos os suprimentos, mal guardado (Rosa exalta a ação da cavalaria do Tenente José Nunes Sardenberg, que repeliu ataque dos caboclos); a retirada da Canhada Funda para Perdizes pereceu mais uma fuga, o que fortaleceu o ânimo do inimigo, já convencido da proteção divina; por fim, a marcha entre Perdizes e Cachoeirinha extenuou feridos, que expiraram, como o Capitão Pinto.

Depois do Caraguatá, Vieira da Rosa acompanhou a oficialidade que abandonou Gameiro no Campo do Pardo, retornando para Florianópolis. Não participou, portanto, da luta travada na bacia do Canoinhas.

Sobre a polêmica solicitação de exoneração do General Carlos Frederico de Mesquita, que deu por terminado o conflito depois da destruição de Caraguatá e Santo Antônio, Rosa acredita ter-se tratado de reação à politicagem, que consumira em benefício de obras no Paraná grande parte dos recursos originalmente previstos para a campanha.

Vieira da Rosa explica ter assumido o comando da 1ª Companhia do 54º Batalhão de Caçadores a pedido ao Ministro da Guerra, pois depois dos insucessos de Canhada Funda a oficialidade se dispersou e o posto antes cobiçado era agora desprezado. Nessa condição, seguiu para Lages e, depois, para Curitiba.

Sobre o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, designado para comandar a nova etapa do conflito, Rosa disse se tratar de militar de gabinete, nada talhado para uma guerra de caboclos.

Quanto ao seu polêmico desempenho na fase final do conflito, Vieira da Rosa relata ter tentado ajudar cerca de 2 mil pessoas que passaram pelo seu acampamento em estado lastimável, muitos feridos, açodados por moscas e mutucas, flagelados pela fome. E assegura: “Meus soldados, com três anos de campanha, nordestinos e catarinenses, portaram-se altruisticamente, dando ao jagunço comida e roupa, e tomando sob sua proteção os pequenos órfãos”. Não faz referências mais detidas ao seu trabalho como “pacificador” da região. Auxiliado por uns 500 vaqueanos e por parte da força policial de Santa Catarina, Vieira da Rosa teria promovido uma violência seletiva, uma verdadeira caçada às lideranças intermediárias do Contestado. O Governador Felipe Schmidt refere a eliminação de 150 indivíduos, mas, para Paulo Pinheiro Machado, é difícil precisar o número de mortos nesta fase do conflito (Machado, 2004, p. 322).

O texto apresenta belas descrições da paisagem no Oeste catarinense, em especial da região de Lajes e Curitiba, onde então se estendiam vastíssimos pinhais

e imbuais. Há, também, referências interessantes aos costumes dos caboclos, tais como a dieta baseada em leite dormido em guampa com farinha de milho do monjolo – máquina tradicional, movida a água, composta de uma haste de madeira suspensa, que suporta numa das extremidades um pau de pilão sobre um cocho, produzindo uma farinha de qualidade espessa. Ou, ainda, o uso de pólvora negra (feita à base de enxofre, nitrato de potássio e carvão vegetal) pelos serranos, cujos cavalos raramente, também, eram ferrados.

Após o término do conflito do Contestado, Vieira da Rosa concluiu sua comissão junto à Carta Itinerária de Santa Catarina com vivo aborrecimento. Já, então, acumulava desafetos. Teve negados pedidos de financiamento ao Ministro da Guerra, tornando-se então crítico feroz do General Setembrino de Carvalho, com quem convivera na Campanha do Contestado.

TENENTISMO

A modernização e a profissionalização do Exército brasileiro tomariam algum impulso com a chegada da Missão Militar Francesa, em 1919, parceira na organização das primeiras manobras militares do Saicã, no Rio Grande do Sul, em 1922, evento do qual Vieira da Rosa tomou parte.

Em 1921, estalou a chamada Reação Republicana, nome pelo qual ficou conhecida a chapa de oposição, apoiada pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, lançada contra o candidato à Presidência da República Arthur Bernardes, apoiado por Minas Gerais e São Paulo, os dois estados mais poderosos e populosos da Federação. A cisão evidenciou a instabilidade do regime oligárquico, expondo contradições cada vez mais gritantes. A par dos problemas de representação política, num modelo viciado pelo cortejo de fraudes eleitorais e corrupção, oligarquias dissidentes sentiam-se prejudicadas pela política econômica que privilegiava o equilíbrio das finanças e protegia prioritariamente o setor cafeeiro.

A vitória de Bernardes em 1922 trouxe intranquilidade aos quartéis, sobretudo após o rumoroso episódio das Cartas Falsas – documentos epistolares fraudados e vazados à imprensa nos quais Bernardes criticaria as Forças Armadas. Mas o movimento de rebeldia acabou sendo obstado pelo recuo do líder gaúcho, Borges de Medeiros, que passou a temer a aliança dos opositores de seu estado com o presidente recém-eleito. Com efeito, em 1923 rebentou no Rio Grande do Sul a revolta assisista, que se insurgia contra uma nova reeleição de Borges ao Governo do estado. A rebelião contou com apoio velado das forças federais lá estacionadas.

Vieira da Rosa, que então estava no Rio Grande do Sul, testemunha em suas memórias ter se reunido entre os entusiastas da Reação Republicana, sendo, entretanto, colhido pela retirada estratégica de Borges de Medeiros. O malogro do movimento, ao que tudo indica, precipitou seu pedido de aposentadoria e seu retorno para Florianópolis.

Quando, em 1924, rebentou o movimento em São Paulo, capitaneado pelo General Isidoro Dias Lopes, conhecido como “Segundo 5 de Julho”, o segundo levante tenentista, Vieira da Rosa aderiu aos revoltosos. Mais uma vez, a reabilitação dos hábitos políticos era a bandeira desfraldada. Já contava o movimento também com apoio crescente entre as classes médias urbanas. Os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo por 23 dias, forçando a saída do presidente do estado e atraindo feroz bombardeio lançado pelas forças legalistas, que utilizaram inclusive aviões.

Sem poderio militar equivalente ao das forças federais, superiores estas na artilharia e dispendo da aviação, os rebeldes retiraram-se para o interior, associando-se em Foz do Iguaçu, no Paraná, à célebre Coluna comandada por Luís Carlos Prestes, que se mobilizara no Rio Grande do Sul. O país incendiava-se. Vieira da Rosa rumou para o Oeste, com a missão de sublevá-lo, pois conhecia a zona como a palma da mão. Mas seus planos foram obstados por um acidente de automóvel e pela prisão.

Os revolucionários de 1924 a 1926, derrotados e anatematizados pelo regime da época, foram anistiados pela vitoriosa Revolução de 3 de Outubro de 1930. Vieira da Rosa, entretanto, esteve entre aqueles militares que, embora sintonizados com as ideias tenentistas, acabaram voltando-se contra a Revolução de 1930, por discordarem dos rumos tomados e se sentirem traídos. Com efeito, no momento em que a dinastia Ramos emergia em Santa Catarina como a principal força política associada à Revolução, Vieira da Rosa conflitara-se severamente com Vidal e Nereu Ramos. Dali em diante, seu ostracismo político estaria conformado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando publicou os seus primeiros artigos, em 1917 e 1918, o então Major Vieira da Rosa tinha muito claro o seu papel de memorialista para a História: “Mais tarde, quando a nossa geração e outras gerações tiverem desaparecido, o historiador buscará nos documentos impressos elementos para os seus estudos.” Se a “imprensa discorda quase sempre ao apreciar um fato”, “como será possível ao historiador do futuro, que terá de beber em fontes tão impuras, saber a verdade? (...) Está claro que se Nero ou Calígula tivessem escrito as suas autobiografias, apareceriam bem diferente

do que são, apreciados pelos escritores seus inimigos. (...) Podemos aceitar tudo o que a História nos diz?” (Rosa, 1918).

A distinção entre memória e história é clara para o autor, que percebe na primeira um campo de choque político, animado por versões, polarizadas implicitamente na forma de interlocutores ocultos, e idealizando a segunda como um tribunal imparcial capaz de estabelecer a verdade dos fatos, separando o joio do trigo, consolidando versões, para, enfim, funcionar como a mestra da vida, transmitindo os valores cívicos com os quais Vieira da Rosa mais se identificava: a crítica à politicagem das elites oligárquicas e ao desarranjo e despreparo arcaico das forças armadas; a exaltação das virtudes açóricas e castrenses; a ênfase nacionalista e o flerte com um vezo autoritário, típico dos tenentistas dos anos 1920; a denúncia da falta de integração e compreensão entre as cidades litorâneas e os sertões; o caboclo percebido como um rústico, explorado e manipulado, tanto pelas elites locais, quanto por lideranças populares, mas capaz de notáveis demonstrações de bravura e altivez. São, enfim, algumas das percepções gerais estadeadas nessas memórias.

As memórias do General Vieira da Rosa representam um rico testemunho da mentalidade de uma época, sendo de utilidade para a compreensão de eventos históricos marcantes, como a Revolução de 1893 e a Guerra do Contestado, além de versarem sobre o assim chamado Movimento Tenentista. A contribuição desse depoimento é inequívoca, tanto para a história cultural, quanto para a história social, sendo ainda particularmente relevante para o estudo das instituições militares da época. Muito, a propósito, da história castrense, pode em grande medida ser contada justamente em função dessa literatura mnemônica, parte da qual não raro esgrimida por rancores, malquerenças e sentimentos de reparação pessoal diante de supostas injustiças sofridas. O Exército aqui descrito é aquele ainda anterior à Missão Militar Francesa, que, no período entre-guerras pretendeu contribuir para a sua modernização e racionalização. E Vieira da Rosa não se cansa de denunciar a repetição dos “erros de Canudos”, indicando que entre fins do século XIX e as vésperas da Primeira Guerra Mundial, pouco mudara no Exército brasileiro. Certamente, o que Vieira da Rosa propõe é uma versão dos fatos que viveu, a qual deve ser cotejada a outras versões.

Dentre os compromissos dos historiadores para com a memória e a história está justamente o de identificação, publicização e exegese de novas fontes. No caso em tela, mais do que a descrição dos fatos em si, interessa compreender os esquemas mentais da época, divisar o choque de versões que desenhou o luta política em torno da memória. Nesse sentido, estudos biográficos e o olhar sobre a memória dos indivíduos tende a contribuir significativamente para a compreensão dos laços interindividuais, dinâmicos e pessoalizados nas relações de poder.

REFERÊNCIAS

ARDENGI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis**. Lutas e resistência no Norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2011.

_____. **Histórias de Vida**. Florianópolis : Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina/Memorial do MPSC, vol. 2, 2013.

AXT, Gunter; SANCHES, Helen C. C.; ZEFERINO, Augusto C. (orgs.). **Memórias: General Vieira da Rosa – participação na Guerra do Contestado**. Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, 2012.

BARCELOS, Rubens. **Estudos rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo, 1955.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em operações no Litoral (1893/94). **Revista do IHGRGS nº 135**. Porto Alegre: 2000.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo; MEIRA, Antônio Gonçalves. **Nossas guerras. Considerações históricas dos seus recursos**. Porto Alegre: Edigal, 2009.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia Brasília ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. São Paulo: Itatiaia, 1976.

CESAR, Guilhermino. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: Rio Grande do Sul. Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

CRUZ, Alcides. Vida de Raphael Pinto Bandeira. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1906.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões: Campanha de Canudos. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

DOURADO, Ângelo. Voluntários do martírio. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 30: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTES, Gen. João Borges. Casaes. Rio de Janeiro: Ed. do Centenário Farroupilha, 1932.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. A Revolução Federalista em cima da Serra. Diário de campanha. Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1987.

- GRABOWSKI, Francisco. Memórias da revolução brasileira de 1893-1894, s/ed., s/d.
- HESPAÑA, António Manuel. Caleidoscópio do Antigo Regime. São Paulo : Ed. Alameda, 2012.
- JELIN, Elizabeth. Memorias en Conflicto. In: **Revista Puentes**, nº 1, Buenos Aires e Madrid, 2000.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. **Cultura e religiosidade cabocla. Movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul – 1938**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.
- LAYTANO, Dante de. **Arquipélago dos Açores**. Porto Alegre: EST, 1978.
- _____. Corografia de Santa Catarina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 245, 1959, p. 158-9.
- LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul. Período de 1893 a 1895**. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados históricos e estatísticos (1640-1916)**. Florianópolis: Tipografia d'O Dia, 1917.
- MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias. Subsídios para a história catarinense. 1889-1930**. Florianópolis: Insular, 1997.
- MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado: a guerra cabocla**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.
- MURICY, Gen. José Cândido da Silva. **A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2ª ed., 1946.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. 4 v. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- ROSA, José Vieira da. Combate dos Conventos. Marcha da Divisão do Centro até Tubarão (subsídios para a história). **Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. 1º e 2º trimestres de 1917. Florianópolis.

_____. Reminiscências da História do Contestado. Subsídio para a História. **Revista Terra Livre**. Florianópolis, 1918.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, Joca. **Diários da Revolução de 1893**. AXT, Gunter; CABEDA, Coralio Bragança Pardo; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul/ PGJ, 2004.

VALENTINI, Delmir (Org.); ESPIG, Márcia Janete (Org.); PINHEIRO MACHADO, Paulo (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPEL, 2012.

VARELLA, Alfredo. **Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica**. Porto Alegre: Echenique, 1897.